



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11411 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21/GT 23 - Educação, Gênero, Etnia e Sexualidade

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DOCENTE: AS EXPERIÊNCIAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)

Rosinaldo de Souza dos Santos - UEA-PPGED- Universidade do Estado do Amazonas

Marcos André Ferreira Estácio - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

1 INTRODUÇÃO

No início da década de 2000, em resposta as diversas lutas e manifestações do movimento negro, o governo federal, deu início a uma série de medidas que visaram a aprovação de ações afirmativas, as quais pudessem assegurar a efetiva participação e garantia de direitos junto, a sociedade, para a população negra. Entre essas ações destacam-se: a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro brasileira; o Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010, o qual defende os direitos étnicos individuais, coletivos e difusos do povo preto e combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (art. 1º); a Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; e outras medidas.

Compreendemos que essas ações simbolizam um avanço para a luta da população negra, porém, sem a implementação efetiva de políticas públicas voltadas para a diminuição da desigualdade social, tais instrumentos normativos - Leis, Decretos, Portarias, Regulamentos - não se concretizarão. Fatos que evidenciam a urgência da utilização de incentivos e recursos, espaços e lugares para que se problematizem e se coloque em debate, cada vez mais, essa temática.

E a necessidade do debate das relações étnico-raciais seja efetivado, dentro das escolas, passa pela sua problematização durante a formação docente. Pois, no dia a dia, são os professores que se deparam com os desafios e dificuldades de trabalhar e vivenciar as questões étnico-raciais. Conforme afirma Coelho e Coelho (2013, p. 79), “as dificuldades que professores, especialmente, enfrentam para o trato com os conteúdos introduzidos pela legislação decorrem, em larga medida, do fato de que tais conteúdos estiveram ausentes de

sua formação”.

Logo, partimos do entendimento de que a concretização de uma educação para as relações étnico-raciais necessita de uma postura crítica diante de tantas contradições, uma vez que, ela não pode esquecer ou negar, o quanto a população negra foi subjugada e seus valores dado como desprezíveis e demoníacos, frente a uma educação eurocêntrica, e como esta população se reinventou/reinventa em busca de autonomia e organização social própria.

2 MÉTODO

A presente pesquisa, visa responder se durante o processo de formação dos professores do Cursos de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), existem reflexões e debates a respeito da temática das relações étnico-raciais, os quais sejam preparatórios e capazes de torná-los construtores/visibilizadores dos conhecimentos a respeito das identidades negras, suas culturas e seus valores, para os seus futuros alunos.

Nesse sentido, o presente estudo objetivo compreender como a temática racial, sobre os povos negros, é aplicada, em suas transversalidades metodológicas, curriculares e de conteúdo, no processo de formação dos docentes do Curso de Pedagogia, da Universidade do Estado do Amazonas. Por meio de uma pesquisa dos estudos relativos as experiências metodológicas e suas práxis nos ensin/aprendizagens, os quais retratem os povos negros, durante os anos de formação docente, buscaremos compreender e analisar as metodologias e as ferramentas utilizadas no processo de formação, com a intenção de também descrever como as políticas e ações afirmativas referente a negritude estão sendo desenvolvidas no Curso de Pedagogia.

Esta pesquisa propõe uma abordagem qualitativa, com a utilização de análises documentais e bibliográficas. Utilizará enquanto método de coleta de dados a História Oral, na perspectiva de identificar a percepção e oportunizar a escuta dos silenciados. Estabeleceremos por fundamentação teórica, aspectos relevantes da história para responder às questões de pesquisa, observando e compreendendo os desafios narrados, vividos e enunciados pelos professores/alunos em processo de formação, as suas percepções dos negros, das instituições e da sociedade.

3 DISCUSSÃO

A escolha por essa temática de pesquisa, vem em resposta aos embates e vivências, de longos anos, no interior do movimento popular e posteriormente nos movimentos de combate aos racismos, com a finalidade compreender melhor as adversidades das relações étnicas e raciais, e, mais especificamente, sobre como as relações de racismos são debatidas no espaço acadêmico. Assim, buscamos ampliar nossos saberes e experiências investigativas

relacionadas aos saberes teórico-metodológicos, as histórias de vida e as práticas dos cotidianos negros, das relações com a cultura, com o saber popular e as dinâmicas do processo de ensino-aprendizagem de conhecimentos.

Ou seja, discussões e estudos com a temática étnica-racial tem o condão de estimular o retorno da pauta de contar e recontar as histórias dos supostos “perdedores”, e na seara educacional, deve buscar o fortalecimento das lutas pelo o direito à vida, à igualdade racial, bem como estabelecer um constante processo de aceitação/afirmação das identidades e identificações culturais no ambiente de formação docente. E ainda, poderá contribuir com a construção do conhecimento e de metodologias que possam atender as necessidades da população negra e suas visibilidades, encorajando e estimulando a participação no acesso ao ensino superior, suas permanências e conclusões, exitosas, dos seus cursos.

Desta feita, este trabalho pretende colaborar com futuros estudos na perspectiva de serem desenvolvidas novas e profícuas pesquisas que contribuam com a luta antirracista e pelo reconhecimento dos direitos do povo preto. Ele será fundamentado no aporte teórico de autores, tais como: Coelho e Coelho (2013), Gomes (2012), Gonzalez (1982), Munanga (2007), entre outros, os quais discutem tanto a questão dos racismos e da igualdade racial e social, quanto aquelas da escola e dos enfrentamentos aos racismos. Logo, esta pesquisa se põe no desafio de aprofundar três eixos de estudos para embasar a discussão da educação e da igualdade racial na perspectiva da formação docente, quais sejam: políticas e ações afirmativas raciais na educação, racismos institucionais e sua imersão educacional e, por fim, as práticas metodológicas na formação docente e sua relação étnico racial.

3.1 Políticas e ações afirmativas raciais na educação

Um importante passo foi dado, porém, estamos muito longe em podermos afirmar que a nossa sociedade caminha para os moldes de uma sociedade igualitária, visto que, a fraude no sistema das políticas afirmativas para a população negra também aumentou, além, é claro, do discurso preconceituoso e raivoso que é proferido contra as políticas públicas de ampliação da participação e presença dos negros nos diversos espaços públicos ou privados, tendo como exemplo as cotas raciais.

E reverberamos com Silva, Régis e Miranda (2018, p. 14) que é urgente discutir essas relações étnicas-raciais, como descrevem:

porque estruturalmente o Brasil é um país racista e para combater e superar esse fenômeno é necessário que todas as instituições sociais, sobretudo aquelas que se dedicam à formação das cidadãs e dos cidadãos, adotem o antirracismo como eixo de suas práticas, projetos e políticas. Ele tem que ser um princípio ético de todas as ações educativas.

Concordamos com Munanga (2001), que à adoção das políticas de ação afirmativa no Brasil, haja vista os resultados positivos já alcançados em outros países, desconstruem os argumentos que se opõem a essas políticas. E mais: seus estudos estimulam o debate e cria processo de desconstrução de velhas práticas racistas, passando a identificar, no interior da educação acadêmica, a assunção de um compromisso e de uma atitude antirracistas.

E, nessa direção, nos afirma Gomes (2012, p. 138):

A luta do movimento negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam a grande massa da população negra o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar.

No que tange a promulgação das ações afirmativas, cumpre ainda destacarmos que elas, somente, não garantem, ou melhor, não cumprem o papel do debate do racismo dentro da educação, sendo necessário, sempre fazer o embate na/nos diversos espaços da educação, principalmente, no interior e durante a formação do docente.

3.2 Racismos institucionais e sua imersão educacional

A escola é reflexo da sociedade ou “a escola é uma micro sociedade”, como indaga Milton Santos (2001)? Isto nos leva a pensar, e mesmo a afirmar, que existe no interior da escola, as relações de racismos que a sociedade impõe/perpetua. Por isso, o debate e o empoderamento de uma educação antirracista é pauta constante do movimento negro, das lutas das mulheres e dos homens negras/negros e nas resistências-persistências dos quilombos. Pois se faz necessário a apropriação do conhecimento para torná-lo uma ferramenta de luta antirracista.

Logo, é importante o questionamento da estrutura educacional, como nos instiga Moraes (2013, p. 24), a qual afirma que “ao silenciar os diversos tipos de opressão calcados no preconceito racial, as instituições públicas contribuem enormemente para a perpetuação, o não embate, a não discussão sobre o racismo legitima o privilégio de uma minoria branca”. Isto significa que, caso não façamos questionamentos profundos, as relações de racismos continuarão se reproduzindo e perpetuando, tornando-se ‘naturalizadas’ nos cotidianos das escolas.

Em estudo realizado com docentes negros/negras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sobre o “processo de construção e reconstrução das identidades dos docentes, identificando algumas formas assumidas pelo racismo institucional”, Santos (2010, p. 74), anuncia o seguinte:

As narrativas destes docentes trouxeram à tona algumas formas do racismo existente nesta Universidade. Algumas práticas diretas e, as demais, em sua maioria, dissimuladas e sutis. Aqui entramos em uma espécie de campo minado porque, notadamente, o povo brasileiro é racista, mas esconde seu preconceito. E várias vezes fui alertada da delicadeza desta questão. Porém, não se trata de delicadeza, mas de mascaramento, dissimulação, sutileza, características típicas da classe média brasileira, que impregna as instituições brasileiras. E durante os depoimentos a dor e o constrangimento foram evidentes, mesmo para aqueles que afirmaram nunca terem sido vitimada(o)s.

A citação acima evidência a existência e a necessidade de uma compreensão mais profunda de como os racismos institucionais se relacionam/perpetuam no dia a dia, e como são vivenciados na acadêmica, visto que, inclusive nesse espaço eles também se constroem e reproduzem.

3.3 As práticas metodológicas na formação docente e sua relação étnico-racial

Ao atribuímos, à escola, a responsabilidade do processo formativo das crianças, jovens e adultos, em vista à uma educação integral, a sociedade, também, impõe princípios, regras, valores e condutas que ela deve adotar para seu pleno funcionamento, enquanto garantia de eficiência, e para se alcançar os resultados. Mas, as práticas educacionais, não são isentas de preconceitos, discriminações e racismos, em que estão imersas a sociedade.

Assim, discutir e problematizar essas práticas e métodos, são necessários, para que, desta forma, se possa construir um diálogo, real e verdadeiramente, de igualdade e de ação e atitude antirracistas, com a intenção de abrir, ou melhor, alargar o espaço de discussão e criação de novas estratégias para o enfrentamento dos racismos e preconceitos, na busca da reparação social e superação da “visão negativa do negro [que] começou a ser transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa” (HASENBALG, 1982, p. 113-114).

E, ao assumirmos a construção do conhecimento na perspectiva colaborativa e autônoma, é mister reconhecermos, também, outros saberes, estabelecendo/construindo espaços dialógicos e implementando ações que estimulem e promovam os debates acadêmicos que questionem e discutam as práticas educativas. Direção importante, nesse sentido, foi a elaboração, em 2017, pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), do “Guia para a promoção da igualdade étnico-racial e o enfrentamento do racismo institucional no cotidiano universitário”, com o intuito de estimular o debate em todos os seus espaços acadêmicos e para além dele.

Essas experiências e ações requerem uma posição crítica e de transformação, pois, exigem que os envolvidos estejam motivados a participar do processo, uma vez que:

a efetivação de direitos sociais educacionais implica, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contraponha à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de docentes, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola (GOMES, 2013, p. 22)

Logo, repensar ações e práticas institucionais, no que se inserem, também, os currículos, compõem um conjunto de atitudes didático-pedagógicas, as quais podem contribuir para que os docentes possam tratar a temática das relações étnico-raciais com maior focalização com a realidade, fazendo uso de múltiplas estratégias, dentre as quais destacamos as posturas inter/trans-disciplinares e debates transversais, que podem estimular a construção atitudinal de combate e superação dos racismos e preconceitos.

Pois compreendemos que é preciso ultrapassar-superar o discurso da meritocracia, da branquidade. e reafirmar a necessidade de construção de ‘ações-movimentos’, ou melhor, caminhos que nos levem ao pleno reconhecimento das diversidades, pluralidades, multiplicidades do povo brasileiro.

Enfim, é fomentando os debates entre docentes, alunos e demais profissionais da educação, bem como promovendo pesquisas de contraponto ao modelo de educação elitista e eurocêntrica, que reconheceremos, real e verdadeiramente, os valores e as contribuições do povo preto e dos seus docentes afro-brasileiros. Desse mesmo modo, também apontam as pesquisas que versam sobre os racismos, os preconceitos e as discriminações no âmbito escolar.

Estudos que devem discutir/combater a questão étnica e racial, por meio de espaços de vivências-experiências e no constante debate de oposição às políticas racistas e discriminatórias de nossa sociedade. Pois acreditamos, que sem esse embate, viveremos sob a tutela de uma estrutura que nega o acesso ao ensino, às políticas públicas sociais, a construção da efetiva igualdade, posto que se põem a reificar e reproduzir as discriminações, os racismos, os preconceitos... enfim, as desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a presente pesquisa se faz necessária e irá se somar aos outros trabalhos que tratam dessa temática, mas ainda, enquanto trabalho que se insere no interior do processo de formação docente, em especial, no Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas. E ao aprofundar a temática racial na formação da/do futura/futuro docente, poderá despertá-la/lo para uma formação mais consistente, onde possa realizar uma reflexão-ação crítica e, conseqüentemente, a assunção de atitudes mais comprometidas e antidiscriminatórias quando tratarem das presenças do povo negro no Brasil e, também, no

Amazonas.

Pois, é inegável, que vivenciamos, no contexto brasileiro e amazonense, as ‘dificuldades’ de um sistema educacional que oculta, dilui, invisibiliza, discrimina os povos/populações, as identidades, as culturas, os valores ancestrais daquelas e daqueles que há anos vem sendo subjugados, e, insistentemente, sofrendo tentativas de apagamentos e silenciamentos.

Logo, compreendemos, que um dos caminhos possíveis para superação dessas atitudes, é uma preparação mais eficiente e eficaz das/dos docentes, a qual possibilite a construção de ações que combatam/reduzam as desigualdades, os preconceitos, as discriminações... bem como promovam, ou melhor, afirmem e reafirmem as questões multi-inter-pluti-trans/culturais e étnico-raciais existentes na Amazônia e no Brasil.

Por fim, ao olharmos a formação, seja inicial ou continuada, é importante a sua problematização e o seu empoderamento antirracista, para que assim, em um futuro próximo, as/os docentes possam debater e construir, verdadeiramente, uma sociedade justa, igualitária, não-discriminatória e não-preconceituosa.

Ou seja, que se estabeleçam/construam espaços de diálogos e partilhas entre discentes e docentes, os quais, conjuntamente com a comunidade intra-extra/escolar, ampliem as ações de combate aos racismos, as intolerâncias raciais - mas também religiosas, étnicas, sexuais... - para assim trilharmos a vivência de uma educação comprometida com as questões étnico-raciais, pautada no compromisso de transformar os seres humanos em críticos e antirracistas, assumindo, ainda, enquanto pauta, a mudança social e econômica da sociedade.

Palavras-chaves: Questões Étnico-Raciais; Formação Docente; UEA; Amazonas.

REFERÊNCIAS

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. **Educar em Revista [online]**, n. 47, 11abr. 2013, p. 67-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000100006>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012, p. 727-744. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2020.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com

relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, jan.-mar. 2013, p. 19-33. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QFdpZntn6nBHWPXbmd4YNQf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2020.

HASENBALG, Carlos. Racismo e desigualdades raciais no Brasil. In: GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE**. Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013. Disponível em: <https://www.mppe.mp.br/mppe/images/Livro10wb.pdf>. Acesso em 1º ago. 2020.

MUNANGA, Kabengele. (2007). **Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra No Brasil: Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas**. Sociedade E Cultura, 4(2). Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v4i2.515>. Acesso em 28 set. 2020.

SANTOS, Ednailda Maria dos. **Identidades e trajetórias de docentes negra(o)s da Ufam**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SANTOS, Milton et al. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2001. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Acesso em: 13 jul. 2020.

SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2005. (Coleção Educação para Todos; vol. 5).

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida (Orgs.). **Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte**. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018. Disponível em: https://www.membros.anpn.org.br/download/_download?_ID_DOWNLOAD=58. Acesso em: 23 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA). **Racismo na Universidade? Orientações para promoção da igualdade étnico-racial e superação do racismo**. 2017. Disponível em: <http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/noticias/2017/agosto-1/ufopa-lanca-guia-para-enfrentamento-de-racismo-institucional>. Acesso em 1º set. 2020

